

ATA nº 048/2026
COMITÊ DE INVESTIMENTO
REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, às quinze horas, nos termos do Regimento Interno da Niterói Prev - Comitê de Investimentos (Resolução nº 001/NITPREV/2025), e da Regulação do Ministério da Previdência Social – SPREV (Portaria MTP nº 1.467, de 02/06/2022) foram convocados pelo Presidente HEITOR PEREIRA MOREIRA, através de mensagem eletrônica, para a Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos, realizada de forma virtual, por meio da plataforma Microsoft Teams. Estiveram presentes os membros: MARCELO ZANDER VAIANO - Diretor de Finanças; LUCAS JOSÉ LOPES PAZ - Diretor de Investimentos; DANUSA MATTA DE SOUSA TINOCO - Membro indicado; FABIO DA SILVEIRA OLIVEIRA JUNIOR - Membro indicado; LUIZ ANTONIO FRANCISCO VIEIRA - Membro indicado; ANDERSON PEIXOTO DE FARIA - Controlador Geral do Município; CAROLINE RIBEIRO DE SOUZA - Representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e MICHAEL AGUIAR DA SILVA – Representante da Secretaria Municipal de Administração, com o objetivo de deliberar sobre a seguinte pauta:

O Presidente declarou aberta a reunião e passou a palavra ao Diretor de Investimentos para apresentação da pauta.

Pauta:

1. Relatório da Carteira de Investimentos – Janeiro de 2026:

O Diretor de Investimentos, Lucas José Lopes Paz, apresentou o Relatório Mensal da Carteira de Investimentos referente a janeiro de 2026, iniciando pela análise do cenário macroeconômico.

Conforme o Boletim Focus, houve redução da expectativa de inflação para 2026, passando de 3,99% para 3,97%, movimento considerado positivo no processo de ancoragem das expectativas. O mercado de trabalho registra taxa de desemprego em torno de 5,7%, com sinais de perda de fôlego. A inflação de serviços apresentou queda relevante na leitura mensal, passando de 0,72% para 0,10%, com acumulado de 5,29% em 12 meses.

Há sinalização de início do ciclo de cortes da taxa Selic na reunião de março do Copom, após manutenção em janeiro. A Selic esperada para 2026 permanece em 12,25%, com expectativa de redução ao longo do exercício, observando-se ainda a influência do cenário eleitoral a partir de abril.

O IPCA registrou variação de 0,33% em janeiro, repetindo o percentual de dezembro e em linha com a mediana das expectativas. No acumulado de 12 meses, passou de 4,26% para 4,44%, aproximando-se do teto da meta.

No cenário internacional, destacou-se a manutenção da taxa de juros pelo Federal Reserve, com inflação ainda acima da meta de 2% nos Estados Unidos e indicação de Kevin Warsh para o cargo de Chairman, bem recebida pelo mercado. O PIB norte-americano permanece robusto, com geração de empregos acima das expectativas na última leitura divulgada.

No mercado doméstico, observou-se queda expressiva do DI futuro em relação aos patamares do final de 2025, enquanto as taxas reais das NTN-B não acompanharam integralmente esse movimento. Os spreads de crédito, medidos pelo IDA-DI da ANBIMA, apresentaram fechamento para 121 pontos base em janeiro.

Na renda variável, registrou-se ingresso expressivo de capital estrangeiro na bolsa brasileira, no montante de R\$ 26,4 bilhões apenas em janeiro, superando o fluxo total observado em 2025. O Ibovespa apresentou valorização superior a 12% no mês.

Quanto ao desempenho da carteira da NITERÓI PREV, destacaram-se:

- Fundo **Gama Schroder Gaia Contour**, com rentabilidade de 208% do CDI;
- Itaú Institucional Janeiro, com aproximadamente 140% do CDI;
- SPX Seahawk, com 109,5% do CDI;
- **Finacap Maritsstad**, fundo de maior destaque da Carteira, com rentabilidade de 10,51% no mês;
- Plural Dividendos, com 9,63%;
- Tarpon GT, com quase 6%;
- Perfin Infra FIP, com rentabilidade de 5,80% no mês;
- BTG S&P 500, com 1,37%.

Em relação aos enquadramentos, a carteira permaneceu com aproximadamente 92,1% alocada em renda fixa, observando integralmente os limites normativos.

O resultado consolidado de janeiro foi retorno aproximado de R\$ 36 milhões, com rentabilidade de 1,40% no mês, equivalente a 179,49% da meta atuarial no período, de 0,78%. O patrimônio financeiro do RPPS atingiu o patamar de R\$ 2,6 bilhões.

Desde o início da gestão em 2025, o retorno acumulado corresponde a 138,74% da meta atuarial. No exercício de 2025, o saldo apresentou crescimento de R\$ 44,58 milhões, sendo R\$ 35,94 milhões de rendimentos e R\$ 8,64 milhões de aportes financeiros.

2. Política de Investimentos 2026 – Adequação à Resolução CMN nº 5.272/2025:

O Diretor Lucas José Lopes Paz apresentou a necessidade de revisão da Política de Investimentos 2026 em razão da entrada em vigor da Resolução nº 5.272/2025 do Conselho Monetário Nacional, publicada em 18 de dezembro de 2025 e vigente desde 02 de fevereiro de 2026, que revogou integralmente a Resolução nº 4.963.

A nova norma promoveu reclassificações, criou novas categorias de ativos elegíveis e ajustou limites de aplicação por tipo de ativo, especialmente nos segmentos de renda fixa e investimentos estruturados.

Destacou-se como principal alteração a vinculação das possibilidades de investimento ao nível de certificação no Pró-Gestão. Para os RPPS sem certificação, as aplicações ficam restritas basicamente a títulos públicos e fundos de títulos públicos. Para os RPPS com nível 2, caso da NITERÓI PREV, diversas classes passaram a ser vedadas para novos aportes, tais como crédito privado, debêntures de infraestrutura, FIDC, fundos imobiliários, investimentos no exterior e FIP, entre outras. Esclareceu-se que a nova Política deve ser obrigatoriamente aprovada e encaminhada,

tendo em vista a vigência imediata da resolução; que os investimentos realizados sob a égide da norma anterior podem ser mantidos por até dois anos, ou até seu prazo de vencimento, quando superior; e que não são permitidos novos aportes nas classes atualmente vedadas ao nível 2 do Pró-Gestão.

Foi apresentada a proposta de adequação da estratégia alvo, com redistribuição dos percentuais anteriormente destinados às classes vedadas para aquelas ainda permitidas, respeitando os limites máximos previstos na nova resolução. A tabela com os limites propostos para a Política Anual de Investimentos 2026 está apresentada abaixo:

Resolução 5.272 ajustada				Política de Investimentos para o ano de 2026					
Descrição do Ativo		Art	Carteira	Lim Inf	Estratégia Alvo	Lim Sup		Lim Individual	
						Ativo	Bloco	RPPS	Fundo
RENDA FIXA	Fundo/Classe 100% Títulos Públicos ou ETF TP TN	Art. 7º, I	17,00%	0,00%	2,00%	100%	100%	100%	100%
	Títulos Públicos - Oferta Pública/Plat. Eletron	Art. 7º, II		0,00%	0,00%	100%			N/A
	Títulos Públicos – Oferta Balcão	Art. 7º, III	42,00%	0,00%	60,00%	100%			
	Operações Compromissadas com TP TN	Art. 7º, IV		0,00%	0,00%	5%		20%	15%
	Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa/ETF sem Crédito Privado	Art. 7º, V	30,02%	0,00%	20,00%	80%			
	Ativos Renda Fixa com obrigação de IF	Art. 7º, VI		0,00%	0,00%	20%		5% S1 e S2 2,5% outros	10%
	Fundo/Classe de Investimento em Crédito Privado	Art. 7º, VII	4,51%	-	-	-	-	20%	5%
	Fundo/Classe de Investimento em Debêntures Infraestrutura	Art. 7º, VIII		-	-	-	-		
	Fundo/Classe FIDC Subclasse Sênior	Art. 7º, IX		-	-	-	-		
RENDA VARIÁVEL	Fundo/Classe de Investimento em Ações	Art. 8º, I	4,25%	0,00%	8,00%	40%	40%	20%	15%
	Fundo/Classe ETF de Ações	Art. 8º, II		0,00%	0,00%	40%			
	Fundo/Classe BDR-Ações e BDR-ETF	Art. 8º, III		-	-	-			
	Fundo/Classe de Investimento em ETF Internacional	Art. 8º, IV		-	-	-			
INVEST ESTRUT	Fundo/Classe de Investimento Multimercado	Art. 10, I	1,52%	0,00%	5,00%	15%	40%	20%	15%
	Fundo/Classe de Investimento em FIAGRO	Art. 10, II		-	-	-			
	Fundo/Classe de Investimento em Participações (FIP)	Art. 10, III		-	-	-			
	Fundo/Classe "Ações — Mercado de Acesso"	Art. 10, IV		-	-	-			
FII	Fundo/Classe de Investimento Imobiliário	Art. 11	0,70%	-	-	-			
INVEST EXTERIOR	Fundo/Classe Exterior RF — Dívida Externa (Investidor Qualificado)	Art. 9º, I		-	-	-	-		
	Fundo/Classe de Investimento no Exterior (Investidor Qualificado)	Art. 9º, II		-	-	-	-		
	Fundo/Classe de Investimento no Exterior (Investidor Geral)	Art. 9º, III		-	-	-	-		
EC	Empréstimos Consignados	Art. 12		0,00%	5,00%	10%	10%		N/A
Total			100,0%		100,0%				

A estratégia alvo proposta para 2026 passou a contemplar:

- 60% em títulos públicos federais;
- 2% em fundos 100% títulos públicos;
- 20% em fundos de renda fixa sem crédito privado;
- 8% em fundos de ações;
- 5% em fundos multimercado;
- 5% em empréstimos consignados;
- 0% nas classes atualmente vedadas ao nível 2.

Foram ainda apresentadas outras alterações relevantes, tais como a limitação de até 50% do patrimônio do fundo com recursos oriundos de RPPS; a necessidade de que o administrador ou o gestor seja instituição financeira classificada como S1 ou S2 pelo Banco Central; a vedação à distribuição de fundos aos RPPS por agentes autônomos de investimento; e a instituição de regras específicas

para cotação e aquisição de títulos públicos, com exigência de, no mínimo, três instituições participantes.

Por fim, foi apresentada simulação de rendimento potencial por nível de certificação no Pró-Gestão, demonstrando impacto significativo na rentabilidade estimada da carteira conforme o nível de certificação: R\$ 109,1 MM por ano de sem nível para nível IV e R\$ 64,1 MM por ano do nível II para nível IV.

Submetidos à deliberação, o Relatório da Carteira de Investimentos – janeiro de 2026 e a Política de Investimentos 2026, adequada à Resolução CMN nº 5.272/2025, foram aprovados por unanimidade pelos membros do Comitê.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, segue para assinatura dos membros.

3. Conclusão do Comitê de Investimentos:

Não havendo outros assuntos a tratar, o Presidente registrou a aprovação do Relatório da Carteira de Investimentos – janeiro de 2026 e da Política de Investimentos 2026, adequada à Resolução vigente, foram submetidos à apreciação e aprovados por unanimidade pelos membros do Comitê. Destacou a relevância das análises apresentadas, bem como a necessidade de imediata adequação às disposições normativas em vigor, ressaltando a importância estratégica do avanço nos níveis de certificação do Pró-Gestão.

Em seguida, agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a reunião.

E, para constar, foi lavrada a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelos membros.

Heitor Pereira Moreira
Presidente da Niterói Prev

Danusa Matta de Sousa Tinoco
Membro indicado da Niterói Prev

Lucas José Lopes Paz
Diretor de Investimentos da Niterói Prev

Michael Aguiar da Silva
Representante da Secretaria Municipal de
Administração – SMA

Marcelo Zander Vaiano
Diretor de Finanças da Niterói Prev

Fabio da Silveira Oliveira Junior
Membro indicado da Niterói Prev

Luiz Antônio Francisco Vieira
Membro indicado da Niterói Prev

Anderson Peixoto de Faria
Representante da Controladoria
Geral do Município – CGM

Caroline Ribeiro de Souza
Representante da Secretaria Municipal
de Planejamento e Modernização
da Gestão - SEPLAG